Governo brasileiro aciona OMC contra o tarifaço

Lula recebe plano de contingência e ainda não fala com Trump

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Lula disse que só falará com Trump quando sentir intenção de negociar

Por Karoline Cavalcante

O governo federal formalizou nesta quarta-feira (6) uma ação na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a nova política tarifária dos Estados Unidos, que impôs uma sobretaxa de até 50% sobre diversos produtos brasileiros. A medida, implementada por ordens executivas do presidente norte-americano Donald Trump (Republicano), afeta cerca de 36% das exportações do Brasil para o mercado dos EUA.

O Ministério das Relações Exteriores apresentou oficialmente um pedido de consultas à OMC — primeira etapa do processo de resolução de controvérsias da entidade. O objetivo é questionar, com base nos acordos multilaterais, os novos encargos adotados pela Casa Branca, que, segundo o Itamaraty, violam normas como o princípio da nação mais favorecida e os tetos tarifários previamente negociados no âmbito da organização.

"As consultas bilaterais, concebidas para que as partes busquem uma solução negociada para a disputa antes do eventual estabelecimento de um painel, são a primeira etapa formal no âmbito do sistema de solução de controvérsias na OMC", afirma a nota divulgada pelo MRE. O documento também destaca a disposição para o diálogo e expressa a expectativa de que "as consultas contribuam para uma solução para a questão".

Não vai ligar

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a comentar os rumores de uma possível ligação para Trump, buscando tratar do tema diretamente. Em entrevista à agência Reuters, Lula declarou que só fará contato se perceber abertura para o diálogo e que "um presidente da República não pode ficar se humilhando para outro".

"Não tenho por que ligar para Trump porque, nas cartas que ele mandou, ele não fala em negociação", iniciou o petista. "Quando minha intuição disser que ele quer negociar, não terei dúvida de ligar", reiterou.

Contingenciamento

Paralelamente à frente diplomática, o governo brasileiro prepara um plano de contingenciamento para mitigar os efeitos da sanção sobre os setores mais impactados.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou que a proposta — elaborada em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços — seria enviada ainda nesta quarta-feira ao Palácio do Planalto e poderá ser implementada por medida provisória, cujo efeito é imediato.

De acordo com o líder da equipe econômica, o detalhamento da proposta será feito em relatório por setor e por empresa, e o pacote prevê atender, sobretudo, os pequenos empresários que "não têm alternativas". "A maior preocupação é com o pequeno produtor", declarou o ministro à imprensa.

Haddad confirmou ainda que uma reunião remota com o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, está agendada para a próxima quarta-feira (13).

"Obviamente, a depender da qualidade da conversa, ela poderá se desdobrar em uma reunião de trabalho presencial, aí com os ânimos já orientados no sentido de um entendimento entre os dois países que, repetimos, têm um relacionamento de 200 anos", pontuou.

Cenário internacional

Ao Correio da Manhã, o internacionalista e especialista em Comunicação Política João Vitor Cândido mencionou que, ainda que as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos tenham incluído exceções para cerca de 700 produtos brasileiros, ainda representam um endurecimento comercial, "com impacto direto sobre setores estratégicos da economia brasileira". "Mesmo uma taxação de 10%, como a inicialmente prevista, já seria considerada prejudicial, sobretudo para países da América do Sul que mantêm relações comerciais deficitárias com os EUA, como é o caso do Brasil. Isso reforça a leitura de que a medida tem menos base técnica e mais conotação política", avaliou.

O internacionalista considera improvável a possibilidade de Trump voltar atrás na questão, mas não impossível, "caso haja pressão suficiente de setores econômicos internos.

Gilmar Mendes diz que Moraes tem apoio da Suprema Corte

Ton Molina/STF

Mendes: sem Moraes, Brasil seria "pântano institucional"

Por Karoline Cavalcante

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta quarta-feira (6) que não há qualquer tipo de desconforto entre os integrantes da Corte após a decisão do ministro Alexandre de Moraes que impôs prisão domiciliar ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A declaração foi feita a jornalistas durante o Fórum da Esfera Brasil, evento realizado em Brasília com a presença de autoridades e representantes do setor farmacêutico.

Segundo ele, "não há isolamento algum" no entendimento que levou à determinação contra o ex-chefe do Palácio do Planalto.

"O ministro Alexandre tem toda a nossa confiança e o nosso apoio", iniciou. "O Brasil teria se tornado um pântano institucional não fosse a ação de Moraes", disse Mendes.

A fala do magistrado ocorre em meio à recente aplicação da chamada Lei Magnitsky por parte do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), contra Alexandre de Moraes. A legislação, criada em 2016 nos EUA, busca punir violações graves de direitos humanos e casos de corrupção significativa.

A inclusão de um indivíduo nessa lista implica, além da revogação do visto e da proibição de entrada em território norte-americano, a restrição de transações com pessoas físicas e jurídicas sediadas nos país norte-americano.

Gilmar criticou duramente a sanção norte-americana afirmando que ela representa uma tentativa inaceitável de interferência externa no Judiciário brasileiro. "Certamente, seria inadmissível que nós, nas nossas pretensões comerciais, aceitássemos mudanças de entendimento da Suprema Corte americana. Isso seria impensável. Da mesma forma, isso também se aplica ao Brasil", acrescentou, comentando as pressões dos EUA sobre o processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Relembre

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac) — órgão ligado ao Departamento do Tesouro norte-americano — alegou na última quarta-feira (30), para embasar a penalidade, que Moraes promoveu "prisões arbitrárias" e a "supressão da liberdade de expressão", além de ter direcionado suas decisões contra figuras da oposição, incluindo Bolsonaro — atualmente réu no STF por suposta tentativa de golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022.

Na terça-feira (5), um dia após a prisão ser decretada, o Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental — órgão vinculado ao Departamento de Estado dos EUA — criticou duramente a medida judicial brasileira, alegando que a decisão fere a liberdade de expressão do ex-chefe do Executivo. A manifestação também incluiu ameaças explícitas a "todos aqueles que colaborarem ou facilitarem condutas sancionadas".

A ordem de Moraes, por sua vez, foi expedida após o ex-presidente ter supostamente descumprido restrições impostas anteriormente. Segundo o magistrado, Bolsonaro apareceu em vídeos transmitidos por apoiadores durante atos ocorridos no último domingo (3), o que violaria a proibição de uso direto ou indireto de redes sociais.

Jurisdição

Em entrevista ao Correio da Manhã, a advogado Daniela Poli Vlavianos, sócia do escritório Poli Advogados e Associados, explica que, do ponto de vista jurídico interno, a decisão de Moraes foi proferida no exercício da jurisdição constitucional do STF, e, de acordo com ela, fundamentada na legislação penal e processual brasileira, inclusive respaldada pelo inquérito das fake news, "que tramita há anos sob relatoria do ministro".

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Jonas Pereira/Agência Senado

Motta e Alcolumbre tomaram decisões diferentes

Partidos buscaram saída — com Supremo, com tudo

Partidos não alinhados de maneira firme nem com o governo nem com o bolsonarismo passaram o dia de ontem tentando uma saída para o impasse provocado pela ocupação de mesas da Câmara e do Senado.

O grupo, que incluia o Centrão, buscava uma saída que incluísse o Supremo Tribunal Federal. Mas a alternativa "Com o Supremo, com tudo" ficou difícil diante de reivindicações do grupo de oposição, focadas no próprio STF. Eles querem anistia para golpistas, fim do foro privilegiado e impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

A alternativa seria a corte amenizar restrições ao senador Marcos do Val (Podemos-ES), mas o fator Jair Bolsonaro acabou sendo decisivo para a intransigência da oposição.

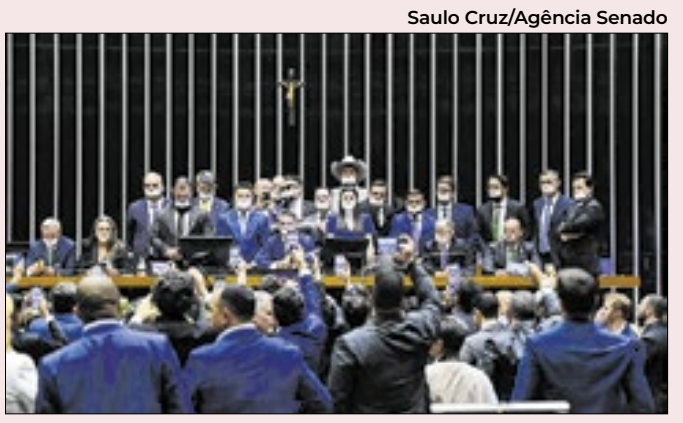
Surpresa

A decisão de Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara, de bancar a abertura de sessão surpreendeu deputados de diversas tendências. Havia a expectativa de que, como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ele convocasse sessão remota.

Sem acordo

A radicalização ocorrida com a entrada de Donald Trump na briga e a prisão de Jair Bolsonaro dificultam também a aceitação, por bolsonaristas, de projeto de anistia que beneficie apenas as pessoas que atuaram diretamente nos atos de vandalismo do 8 de Janeiro.

Saulo Cruz/Agência Senado



Deputados bolsonaristas ocupam mesa da Câmara

Deputada levou neném para barrar retomada

Para tentar impedir a retomada do plenário pelos seguranças, a deputada Julia Zanatta (PL-SC) levou a filha recém-nascida a mesa da Câmara.

Em live feita pelo colega Nikolas Ferreira (PL-MG), ela desafiou Motta, ressaltou que ele dissera ser contra ditaduras — bolsonaristas alegam que o STF reprime liberdades.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) demonstrou confiança: às 21h, disse para a coluna que a ordem seria restabelecida.

À tarde, havia no Congresso a previsão de que, na falta de acordo, Motta e Alcolumbre jogariam com o esvaziamento do Congresso nos fins de semana — que, por lá, costuma começar às quintas.

Lá e cá

A nota do MDB sobre a crise reflete bem a tentativa do grupo majoritário da Câmara de não fechar portas para ninguém. O texto cita que a instabilidade política atrapalha muito, afirma que o partido acredita na harmonia e na independência entre os poderes.

Condenação

O MDB sequer condena ou defende a prisão de Bolsonaro. Apenas não considera "saudável" comemorar a prisão de um ex-presidente. Uma primeira versão do texto frisou a necessidade de respeito a decisões judiciais, mas o partido considerou que isso estava implícito.

Assinatura

Havia, entre os bolsonaristas, a expectativa de que a 41ª assinatura de abertura de processo de impeachment de Moraes fosse do senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro de Bolsonaro. Mas ele preferiu ficar fora — e tomou bronca pública do pastor Silas Malafaia.

Queridinho

Ao destacar a defesa do Pix pelo governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tratou de seguir o que indicam pesquisas encomendadas pelo Planalto. Adotado e querido pela população, o meio de pagamento fica acima das disputas ideológicas e mina o apoio a Trump.